


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0001468-96.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Ed Carlos Lemos Cunha**
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito do Est de São Paulo Detran Sp e outro**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**
VISTOS.

Trata-se de Ação Declaratória com Pedido de Tutela Antecipada c.c. Pedido de Indenização por Danos Morais e Materiais, proposta por **ED CARLOS LEMOS CUNHA**, contra o DETRAN e a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Alega, em síntese o autor: (i) ter sido surpreendido com a notificação de autuação por infração de trânsito referente ao auto de infração nº 3B6510771 e posteriormente ao auto de infração nº 3B6511642, os quais indicavam, respectivamente, que havia deixado de efetuar o registro de seus, recém adquiridos, veículo automotor VW/FOX 1.0, placa KZV-0439 e veículo automotor veículo GM/CORSA CLASSIC, placa GWV-6071, no prazo de trinta dias conforme previsto no artigo 233 do Código de Trânsito Brasileiro; (ii) ter adquirido os veículos em 05.04.2012 e 18.07.2012 e providenciando a sua transferência em 26.04.2012 e 01.08.2012, dentro do prazo estipulado em lei; (iii) ter apresentado recursos administrativos visando o cancelamento das multas de trânsito referente à infração, bem como da pontuação inserida em sua CNH, tendo tais recursos sido indeferidos; (iv) que em virtude dos erros pagou duas multas de trânsito que totalizaram a quantia de R\$ 255,38 (duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

centavos) cujas infrações não cometeu e, ainda, teve registrado em sua CNH um total de dez pontos. Requereu a procedência do pedido, para que sejam declarados nulos os autos de infração nº 3B6510771 e nº 3B6511642, declarando-se, também, a nulidade da multa que lhe foi imposta e a exclusão dos pontos inseridos em sua CNH. Requereu, ainda, a condenação dos requeridos ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$2.253,80 (dois mil duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) e indenização por danos materiais no valor de R\$ 855,38 (oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos), mais 15% do valor da condenação por danos morais, referente ao valor das multas de trânsito aplicadas, além do valor gasto a título de honorários advocatícios.

A liminar foi deferida às fls. 85, no sentido de que os requeridos suspendessem o registro dos dez pontos na Carteira Nacional de Habilitação do autor, relativos às infrações de nºs 3B6510771 e 3B6511642.

Citados os requeridos apresentaram contestação às fls. 127/137. Sustentam que a aquisição do veículo FOX se deu em leilão realizado em 24.03.2012, enquanto a do veículo Corsa, também em leilão, foi feita em 30.07.2012 e, conseqüentemente, para não ser autuado, deveria o autor, respeitando o prazo de trinta dias estipulado em lei, ter providenciado a regularização de transferência dos veículos até 23.04.2012 e 30.07.2012, respectivamente. Aduziram, ainda, não ter sido comprovado pelo autor o prejuízo patrimonial supostamente tido, nem ter sido esclarecido por ele ou demonstrado o suposto gravame emocional sofrido, não havendo que se falar, portanto, em indenização por danos morais e materiais. Requereram a improcedência do pedido.

É O RELATÓRIO.
PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece parcial acolhimento.

Estabelece o artigo 123, inciso I e parágrafo 1º do Código de Trânsito Brasileiro ser obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo, quando houver transferência de propriedade, sendo o prazo para referida transferência de trinta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

dias, sob pena de incorrer o proprietário em multa de natureza grave, conforme determina o artigo 233 do mesmo diploma legal.

Nesse sentido dispõem a portaria nº 308/2009 do DETRAN:

“Artigo 15 - O prazo para adoção das providências necessárias à expedição do Certificado de Registro de Veículo CRV é de trinta dias, compreendendo a: I - **transferência da propriedade.**

Artigo 16 - O descumprimento da exigência prevista no artigo 15 implicará a lavratura de auto de infração e aplicação da penalidade de multa de trânsito, com fundamento no artigo 233 do Código de Trânsito Brasileiro, atendidas as exigências estabelecidas nos artigos 280 e 282 do mesmo ordenamento”. (grifei)

Por outro lado, prevê o Código Civil, em seu artigo 1.267, *caput*, que a propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição. Contudo, como exceção à regra, estabelece o artigo 1.268 do mesmo diploma legal que:

“Artigo 1.268 – Feita por quem não seja proprietário, a tradição não aliena a propriedade, exceto se a coisa, oferecida ao público, em leilão ou estabelecimento comercial, for transferida em circunstâncias tais que, ao adquirente de boa-fé, como a qualquer pessoa, o alienante se afigurar como dono”.

Pois bem, compulsando os documentos encartados nos autos, verifica-se que o veículo FOX 1.0 – Placa KZV-0439/SP, foi a leilão em 24.03.2012 (edital de fls. 36) e, embora tenha o seu proprietário vendedor assinado o documento de autorização para transferência de propriedade somente em 05.04.2012 (fls. 30 – verso), tem-se que a transferência do veículo se deu em 27.03.2012, quando o arrematante, ora autor,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

pagou pelo bem adquirido em leilão e o retirou do local onde se encontrava (nota fiscal de fls. 38). Contados trinta dias a partir da transferência da propriedade do veículo, tinha o autor até 26.04.2012 para requerer o novo Certificado de Registro de Veículo. Assim, conforme documento de fls. 31, protocolou ele o requerimento de documento de cadastro no dia 26.04.2012, ou seja, dentro prazo estipulado em lei.

Com relação ao veículo GM/CORSA CLASSIC - Placa GWV-6071, foi a leilão em 30.06.2012 (edital de fls. 56) e, embora tenha o proprietário vendedor assinado o documento de autorização para transferência de propriedade somente em 18.07.2012 (fls. 49 – verso), tem-se que a transferência do veículo se deu em 05.07/2012, quando o arrematante, ora autor, pagou pelo bem adquirido em leilão e o retirou do local onde se encontrava (nota fiscal de fls. 61). Contados trinta dias a partir da transferência da propriedade do veículo, tinha o autor até 04.08.2012 para requerer o novo Certificado de Registro de Veículo. Assim, conforme documento de fls. 51, protocolou ele o requerimento de documento de cadastro no dia 01.08.2012, ou seja, dentro prazo estipulado em lei.

Com relação ao dano moral, com razão à ré. Não se demonstrou nos autos que os fatos ocorridos provocaram qualquer tipo de abalo emocional no autor. Nesse sentido, segundo Sérgio Cavalieri Filho *“mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos. Dor, vexame, sofrimento e humilhação são consequência, e não causa. Assim como a febre é o efeito de uma agressão orgânica, dor, vexame e sofrimento só poderão ser considerados dano moral quanto tiverem por uma agressão à dignidade de alguém”*. (Programa de Responsabilidade Civil. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 105).

Evidente, contudo, o dano material provocado.

O artigo 233 do Código de Trânsito Brasileiro estipula cometer infração grave, com penalidade de multa, aquele que deixar de efetuar o registro do veículo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

no prazo de trinta dias.

Além dos dez pontos inseridos na Carteira Nacional de Habilitação (cinco para cada autuação), teve o autor que arcar com as multas estipuladas no valor de R\$ 127,69 cada, que lhe devem ser restituídas.

Quanto aos honorários contratuais, decorrem de acordo celebrado livremente entre a parte e seu patrono, totalmente alheio, portanto, à relação de direito material que deu ensejo à ação.

Em caso semelhante, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu que “Não são reembolsáveis, a título de honorários de advogado, as despesas que a parte enfrenta em razão do ajuste com o profissional a título de honorários profissionais, para o patrocínio de sua causa. Os honorários advocatícios contratuais, porque decorrente de avença estritamente particular, não podem ser ressarcidos pela parte sucumbente, já que esta não participou do ajuste.”¹

Ademais, com a reparação dos honorários contratuais, a parte pretende ver-se ressarcida dos danos indiretos ocasionados pelo ato ilícito. Ocorre que, nos termos do artigo 403 do Código Civil, o que se repara são os danos diretos e imediatos. Nas palavras de NELSON NERY: “significa o nexo causal necessário” (Código Civil Comentado, 7ª ed., pág. 510). Em outros termos, por dano direto e imediato deve-se compreender aquele que adveio de forma inexorável. Acrescenta o autor que: “em razão dessa teoria, o nexo de causalidade rompe-se não apenas quando o credor ou terceiro é autor da causa próximo do novo dano, mas ainda quando a causa próxima é fato natural”.

Desse modo, verificando que a contratação foi escolha livre e exclusiva do autor, não pode, agora, pretender que os requeridos arquem com as despesas do advogado particular que quis contratar.

Assim, remanesce, apenas, o direito à restituição das multas e à exclusão dos pontos por elas gerados.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, mantendo-se a liminar de fls. 85, para o fim de declarar a nulidade dos autos de infração nºs 3B6510771 e 3B6511642, determinar

¹ Apelação nº 0129679-78.2008.8.26.0000, rel. Des. Cesar Ciampolini, j. em 14.08.2012

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

a exclusão dos dez pontos inseridos na Carteira Nacional de Habilitação do autor e, ainda, condenar os réus, solidariamente, a lhe restituir o valor das multas, no importe total de R\$ 255,38 (duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos), devidamente corrigidos, desde a data do recolhimento das multas, com incidência de juros legais desde a citação.

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
